

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PARTICIPAÇÃO DE TODOS

Aparecido Francisco da Silva¹

RESUMO: O objetivo do presente artigo é de identificar como a inclusão na sociedade é fundamental quanto ao que pressupõe o desenvolvimento de um cidadão na sociedade. A atividade de inclusão em relação ao contexto escolar é fundamental para que a criança possa desenvolver e aprimorar as suas habilidades e competências quanto ao que presume e favorece novos olhares do que realmente faz parte da interação da criança com o seu meio. As diferenças são respeitadas e vem a somar para o que agrega e aponta as diversas medidas e formas de compreender bem como entrelaçar as variáveis para o que torna possível salientar o que de fato é significativo e operante nas determinações do acompanhamento do homem no meio que vive. A inclusão é um processo que ocorre desde a família até a formação de um cidadão que atenda as várias situações de soma e resultados do que se tem como princípio o elo e o apontamento dos valores do homem no meio que o compõe. Nas diferentes situações torna possível agregar e determinar o que de fato é operante para os resultados de um fazer quanto ao senso de justiça e valores no que propicia o desenvolvimento e a manifestação do que é considerado essencial para o bem-estar de um cidadão capaz de aprimorar as suas habilidades e competências mediante a sua característica. Em geral, a inclusão vem sendo adaptada ao que associa e possibilita atender a cada um na base e construção da aprendizagem em conjunto com os demais. A participação de toda comunidade oferece condições para que a criança aprimore o seu conhecimento e relevância do ensino quanto ao que é mantido e vivenciado. A metodologia desenvolvida é bibliográfica identificando os principais autores que o envolve. Portanto, a inclusão é muito importante para o desenvolvimento de um cidadão cada vez mais presente no meio que vive.

Palavras-chave: Social. Inclusão. Homem. Aprendizagem.

ABSTRACT

The purpose of this article is to identify the inclusion in society is essential as to what requires the development of a citizen in society. The inclusion activity in relation to the school context is fundamental for the child to develop and enhance their skills and expertise as to what is assumed and favors new looks that really is part of the child's interaction with their environment. The differences are respected and comes to add to what adds and points out the different measures and ways of understanding and entangle the variables for which makes it possible to highlight what really is significant and active in human monitoring determinations among living . Inclusion is a process that takes place from the family to the formation of a citizen who meets the various situations of sum and results than you have as a principle the link and the pointing of human values in the middle that compose it. In situations makes it possible to aggregate and determine what is in fact working for the results of a do about the sense of justice and values in that enables the development and manifestation of what is considered essential to the welfare of a capable citizen hone their skills and competencies through their characteristic. In

1 Mestrando em Educação Holística.

general, the inclusion has been adapted to serve and allows that associates each of the learning base and construction together with the other. The participation of the whole community provides conditions for the child to enhance their knowledge and relevance of education as to what is maintained and experienced. The methodology is literature identifying the main authors that surrounds it. Therefore, the inclusion is very important for the development of a people are increasingly present in the medium living.

Key- words: Social. Inclusion. Man. Learning.

1 INTRODUÇÃO

A forma de atender e possibilitar novos horizontes quanto ao que vem a contribuir nos valores e ações do desenvolvimento de um cidadão que atenda e possibilite associar bem como apontar a vigência e o reconhecimento do homem é o que é apontado como um reconhecimento das diferenças junto ao meio que ocupamos.

A educação inclusiva é apontada em toda sociedade como recompensa das atividades que o homem ocupa quanto as inúmeras formas de fazer a diferença e possibilitar uma nova medida e acompanhamento de um cidadão que é capaz de desenvolver suas habilidades e competências ao que assiste e faz a diferença quanto ao que é vivenciado nas diversas situações.

A educação inclusiva nos últimos anos no sistema educacional possui o propósito de integrar família-escola, com isso, relatar a vivencia do conhecimento para o exercício da cidadania de modo que a preparação dos profissionais, a interação da família seja fonte de familiarização de cada um para com aqueles que procurem a transformação da sociedade para a adaptação do homem de acordo com suas necessidades e meio.

Assim, as escolas e profissionais vem adaptando por meio de práticas pedagógicas que atendam a legislação e as recompensas em relação a superação das dificuldades de aprendizagem. O ambiente escolar é o meio da construção significativa da aprendizagem de qualidade.

A educação inclusiva é um componente que envolve a todos de modo a assistir e contribuir para as diretrizes do que acompanha e possibilita a mediação bem como o que é fonte de presença e mudanças ao que favorece e permite o desempenho do homem na sociedade.

A cultura, o social e as práticas pedagógicas precisam ser evidenciadas para que se tenha a atividade de inclusão que valida as reais perspectivas e ações de melhorias quanto ao exercício da atividade no ambiente escolar.

Portanto, as diversas formas que caracteriza a aprendizagem dá se no todo, onde a criança com necessidade especial possa desenvolver e acrescentar

as suas habilidades de um cidadão que é capaz de manifestar e interagir com os demais.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação para o aluno especial vai sendo incorporada aos poucos pelas unidades de ensino de modo que os ajustes e a qualificação determinada atendam aos novos pressupostos de modalidade do ensino, sendo que, cada um com suas características deve ser atendido quanto ao que se tem como consequência e desenvolvimento dos meios e fontes de recursos para a sua integração.

A educação especial propõe as mudanças quanto ao ensino e a prática desenvolvida para que o preconceito seja eliminado do meio a que faz parte com o intuito de favorecer e acrescentar as mudanças que determine a participação da criança ao seu meio que favorece a organização de um sistema de ensino que atenda a criança com necessidade especial.

A Constituição Federal de 1988, aborda o papel que a atividade da inclusão representa para a sociedade com o intuito de assegurar as melhorias e evidências de uma prática dinâmica que reluta com novas formas e percepções do sujeito atuar na sociedade, ou seja, que esta venha a aceitar as diferenças presentes ao seu meio, pois a pessoa com necessidade especial muitas vezes é rejeitada e discriminada do meio a que pertence.

A Constituição da República de 1988, “prevê o pleno desenvolvimento do cidadão, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a Educação o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

A educação inclusiva reside na integração de todos os membros da sociedade com o objetivo de obter o conhecimento, a aprendizagem mediante a capacidade de criar, estabelecer critérios que o faz crescer de acordo com a sua potencialidade e a prática da cidadania centrada nos valores de conformidade na participação do sujeito, de modo que cada um também aprenda com as suas diferenças.

A LDB 9393/96 em seu art. 58 destaca que a educação especial de inclusão deverá ser ministrada no ensino regular para os educandos que são portadores de necessidade especial.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, percebe-se uma evolução qualitativa para o ensino especial. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

em seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, assegura assim a educação básica com oportunidades da qualidade de ensino bem como a conclusão do mesmo (PASSOS, BASTOS, GOMES; apud, BRASIL, 1996).

A sociedade, bem como a escola e os demais profissionais envolvidos devem apresentar especialidade para atender aos desejos de seus componentes, desenvolver as suas habilidades, por meio de atividades, currículos específicos para o seu desempenho do cotidiano.

A escola, bem como a família, precisam encontrar capacitados para atuarem com a exploração das habilidades dos portadores de necessidades especiais, bem como oferecer aos mesmos recursos que os fazem crescer e aprimorar as suas habilidades para a sistematização de um ensino que o compreenda no exercício de uma cidadania voltada para os valores e conhecimento de cada ação enfocada por parte do grupo.

É na interatividade de técnicas e demais recursos pertinentes para a concretização das mudanças, ou seja, que a atividade de inclusão seja trabalhada com o educando de modo que reconheça as suas competências e habilidades, não apenas um cumprimento da legislação, porque este exige a atuação do profissional, a elevação de práticas que o faz acreditar e ser capaz de criar, inovar-se e apresentar as habilidades presentes dentro do ser de cada um.

A habilidade, criatividade por parte do educando deve ser explorada de acordo com os critérios estabelecidos para que se tenha a seguridade do bem-estar do homem quanto ao meio que convive, determinando as ações claras e objetivas para a concretização dos fatos na sociedade.

IV – “educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade”, neste, contexto a atividade de integração visa salutar recursos e ações que beneficie o desenvolvimento do homem para a superação de suas habilidades, pois cada um é capaz de criar e determinar os elos de sua formação de modo a garantir o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo, psicológico, dentre outros para a melhoria de ações que os faz crescer de acordo com a sua necessidade e interação para a composição de mudanças eficazes nas suas habilidades.

O educando que faz parte do sistema de educação especial precisa ser inserido no ambiente escolar e este deve oferecer a qualidade do ensino mediante o exercício de esforços que venham a contribuir para o desenvolvimento pleno do sujeito com necessidade especial.

O Plano Nacional de Educação PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção

de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Os objetivos e metas para o sistema de ensino deve atender ao ensino de qualidade proposto e referenciado quanto as mudanças de uma prática que contribui para a dinamização do ensino proposto quanto ao desenvolvimento de mudanças para o papel da inclusão (BRASIL, 2001).

A educação inclusiva exige que o referenciado de mudanças e práticas para a constituição de uma nova cultura acrescente e evidencie as práticas de um ensino para aqueles que tenham alguma “diferença” tenha seus direitos e deveres garantidos em relação a sociedade a que pertence.

É com a integração do deficiente no ensino regular das unidades de ensino que a educação obtém novos olhares e práticas das mudanças em relação a educação especial onde todos passam a obter acesso para a prática de valorização do ensino aprendizagem na efetivação e conquistas de mudanças efetivas quanto a interação do homem e o seu meio.

A atuação e dinamização do homem quanto aos recursos e práticas de valores contribui para que as mudanças e perspicácias de uma cidadania cada vez mais justa e acentuada ao seu meio permita que o ensino valorize a potencialidade do ser presente na sociedade.

As mudanças na educação especial, ou seja, a adoção de métodos e o desenvolvimento do currículo são práticas efetivas que asseguram a sua participação, eficácia, contribuição para que o sujeito acredite na sua capacidade e não tenha medo de desvendar o meio que o cerca.

A Declaração de Salamanca de 1994, em seu contexto destaca que não tem efeito de lei, diz que também devem receber atendimento especializado todas as crianças que apresentam necessidade especial. As crianças portadoras de necessidade especial devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino como todas as demais.

A legislação é clara e determinante de que a inclusão faz parte da sociedade a que encontramos inseridos com o propósito de salutar as melhorias vigentes de conquistas do cidadão, por isso possui todo direito de frequentar a sala de aula como as demais crianças ditas “normais”.

A dinamização da prática da inclusão ainda é uma questão de relutância devido as várias resistências encontradas por parte de professores, famílias e escolas que não acreditam na potencialidade do sujeito e, especialmente, não conhecer a deficiência apresentada por parte do sujeito e, conseqüentemente, a sua interatividade e mudanças para a preparação do profissional.

Para se incluir crianças com necessidades especiais no ensino regular, deve-se pensar em uma preparação para os profissionais que irão estar envolvidos nesse processo, principalmente, o educador que irá contatar diretamente

com essas crianças; desta forma, o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades facilitarão a sua prática pedagógica na identificação de suas necessidades, avaliação e estimulação do sujeito para a sua formação.

A atividade da inclusão no ambiente escolar também é assimilada com a socialização, por isso, a necessidade de mudar a concepção das diferenças, o que o faz crescer em um ambiente que assemelha uns aos outros e o orienta para ser capaz de construir as suas habilidades. Neste contexto, a interação com a comunidade e a família favorece as mudanças de concepções quanto ao exercício da cidadania de mudanças que favoreça a compreensão da eficácia de recursos que melhora a participação de cada um.

O trabalho em grupo enriquece a prática da afetividade quanto ao papel desenvolvido por parte da inclusão porque este de alguma forma procura dinamizar, atuar com fontes propulsoras do conhecimento que valida o seu real papel.

O envolvimento dos alunos para a aprendizagem do trabalho é muito importante sendo que, depende da democratização do grupo e o desejo de aprender, mediante as situações vivenciadas, é preciso propor alternativas nos projetos de trabalho que atendam às necessidades da criança.

O trabalho em equipe é um fator essencial para a inclusão, pois os profissionais encontram entrelaçados e assim, obtêm resultados favoráveis para a equipe, os conflitos são solucionados e a criança valorizada.

A participação dos trabalhos na escola é essencial para que o educador conheça as atividades ali presentes e integrantes a sua realidade de modo que esta venha atender as suas necessidades, assim as competências fazem parte da direção e coordenação dos trabalhos.

A informação atualmente é um dos principais pressupostos para o homem e, na educação inclusiva não é diferente. Para a escola, é preciso que os pais mantenham informados sobre o desenvolvimento da criança, por isso, este faz parte de uma educação que insere toda a equipe pedagógica e os pais.

O uso dos novos recursos tecnológicos auxilia o homem na integração da criatividade e os novos recursos tecnológicos de modo que os problemas sejam solucionados com clareza e formação do espaço para o uso dos novos recursos tecnológicos.

Os recursos tecnológicos de alguma forma proporcionam o bem-estar os ajustes para que contribua na formação de um sujeito ativo que nos faz crescer diante de mudanças que exigem a compreensão e os fatos de valores de uma sociedade que marginaliza o desempenho do sujeito quanto ao seu potencial.

É por meio dos recursos da tecnologia que torna possível a qualidade do ensino.

Quando o docente estiver mobilizado, acolhido e apoiado, compreendendo que ele, com suas atitudes, fará a diferença no atendimento educacional, será quebrado o circuito interminável de desmotivação, queixa, preconceito e fracasso, sem que o corpo docente tem encontrado no dia a dia quanto à construção dessa escola: a baixa qualidade de ensino, a falta de infraestrutura, o baixo salário dos professores e o espaço escolar cheio de barreiras (físicas e atitudinais) (URBANEK, ROSS, 2011, p. 78).

Para que a inclusão de fato ocorra no ambiente escolar faz necessário acrescentar as mudanças e vigências de um novo olhar de todos (família, comunidade, escola) quanto ao exercício de uma sociedade que desenvolve a educação inclusiva que atenda a todos os seus membros participantes, ou seja, que o aluno seja favorecido quanto a obtenção de atividades que complementam o exercício da aprendizagem de qualidade e a formação deste para a sociedade a que pertence.

É com a dinamização de atividades e recursos que os resultados ocorrem nas mudanças do ambiente que proporciona o bem-estar do sujeito e, principalmente uma formação de qualidade na sociedade que se encontra inserido.

Compreender como a inclusão foi inserida na sociedade é fator que foi adaptado de acordo com as circunstâncias e o meio vivenciado que ao longo de sua interação tende a agregar e possibilitar bem como dimensionar o que faz parte do exercício da cidadania quanto ao que identifica e favorece a participação bem como a demonstração e a fonte de riqueza quanto aos princípios e o que aprimora para o reconhecimento de cada um com suas diversas características e práticas da educação especial.

Conforme destaca Monte e Santos (2005, p. 19)

As crianças com qualquer deficiência, independentemente de suas condições físicas sensoriais, cognitivas ou emocionais, são crianças que têm as mesmas necessidades básicas de afeto, cuidado e proteção, e os mesmos desejos e sentimentos das outras crianças. Elas têm a possibilidade de conviver, interagir, trocar, aprender, brincar e serem felizes, embora algumas vezes, de forma diferente.

As diferenças pressupõem um novo olhar, atuar da família, da creche, da escola e dos profissionais que ali se encontram para orientar a criança em toda a esfera de seu conhecimento e manifestação para com o ensino e o desejo que dela é apregoado no âmbito de garantir a satisfação da manifestação de um conhecimento prático e eficaz.

Ainda conforme aponta Monte e Santos (2005, p. 29)

Para que as crianças com necessidades educacionais especiais possam participar com sucesso desse programa em creches e pré-escolas há necessidade de professores empenhados na interação, acolhida e escuta dessas crianças, interessados em compreender suas necessidades e desejos, e disponíveis para interpretar suas formas de expressão e comunicação, muitas vezes diferentes daquelas das demais crianças da mesma faixa etária. E, principalmente, é preciso que os professores desejem querer ajudar as crianças a crescer e conhecer o mundo.

A relação de mudanças para com o ensino é de facilidade para que o aluno obtenha todas as orientações necessárias em relação à prática pedagógica quanto ao inserir do desenvolvimento da criança e a sua devida formação para que a criança obtenha todas as orientações necessárias em sua formação.

A criança com necessidade especial precisa ser acompanhada e atendida nas várias ações e determinações de um ensino pautado de acordo com sua deficiência e melhorias em relação ao que presume a inclusão das crianças com deficiência no ambiente educacional.

Conforme destaca Góes e Laplane (2000, p. 158)

Independentemente das diferenças de cada um dos alunos, temos de passar de um ensino transmissivo para uma pedagogia ativa, dialógica e interativa, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.

O professor é um dos principais contribuidores para que o educando sinta motivado a exercer suas atividades e proporcionar as consonantes mudanças em relação a inclusão e os resultados quando a sociedade adota a aprendizagem como uma relação de convivência com as diferenças.

A inclusão em suas diferentes situações aponta para as perspectivas do homem e os ajustes das evidências de que é possível termos uma sociedade mais justa de acordo com o que é vivenciado no cotidiano e que perfaz o desenvolvimento e as mudanças de equilíbrio do homem.

Vygotsky (1993) destaca que o desenvolvimento das pessoas dá-se de acordo com a sua capacidade e interação com o meio que vive, portanto, possui o objetivo de salutar as melhorias da unidade de ensino e a família para propiciar ao deficiente as condições do seu desenvolvimento e exercício para uma cidadania cada vez mais justa, ou seja, pela valorização das diferenças.

A inclusão faz parte de toda sociedade, pois desde a integração e a participação da família em conjunto com a escola é possível dinamizar todos os recursos que atendam ao bem-estar e promoção da efetivação de uma cidadania que o faz sentir integrado ao grupo que é parte de seu cotidiano.

Segundo Lúcia (1997, p. 6)

É importante que se estabeleça uma relação de confiança mútua e de parceria entre pais e profissionais, pois os pais, embora leigos em questões teóricas, convivem mais tempo com a criança e podem trazer dados importantes para o bom desenvolvimento do trabalho técnico.

É por meio das evidências dos fatos que se têm resultados satisfatórios para as atividades da inclusão na sociedade, ou seja, uma nova visão de como a mesma deve ser integrada e atuar com os resultados para o desempenho da qualidade e adaptação de recursos e práticas pedagógicas que atendam as necessidades do educando.

A Unidade de Ensino e a equipe escolar precisam adaptar as condições do deficiente, ou seja, enfatizar as evidências dos fatos mediante o currículo escolar, caso este não abranja concretamente o que é elemento essencial da inclusão, que a escola adapte a sua realidade.

Aflexibilidade faz parte do ambiente escolar. Assim, as várias denominações para a inclusão foram criadas e atualmente, faz parte da maioria das escolas e, por meio da legislação a inclusão é assegurada a todos os deficientes. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), define, no art. 205, a educação como um direito de todos e, no art. 208, III, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

A educação especial exige a presença de um profissional que compreenda as atividades da inclusão. São várias as modalidades de deficiência: falta de atenção, dificuldade de aprendizagem, transtorno, hiperatividade, dentre outros. De acordo com Ramos (s.d) ao detectar alguma alteração faz necessário realizar um diagnóstico para que se tenha o conhecimento do que pode provocar e gerar tais mudanças.

A inclusão é um processo que favorece o educando a conviver com os demais que fazem parte de seu ambiente com o intuito de gerir a socialização e o desempenho do mesmo de acordo com o uso de sua criatividade.

O desafio da inclusão de acordo com Pacheco, Mantoan e Farell (2008) a evolução é fator crescente no Brasil e, esta por sua vez valoriza o aluno especial mediante as suas características e o que ele contribui para a convivência na sociedade, portanto, é preciso aceitar as diferenças individuais, valorizar cada pessoa, aprendizagem por meio da cooperação.

O progresso das diversas áreas do conhecimento são fontes de participação e consolidação para o exercício de atividades para que a qualidade da aprendizagem favoreça o processo de construção do conhecimento.

A avaliação diagnóstica como processo pedagógico, psicológico e psicopedagógico favorecem o educador a alcançar resultados que fazem parte

de sua existência para a valorização do que promove ao grupo a prática eficaz em relação à inclusão.

A legislação garante o desenvolvimento de um sujeito que por meio de suas habilidades e competências faça a diferença junto ao que é vivenciado e mantém a articulação dos princípios do que é considerado fundamental em toda a esfera de participação do mesmo.

O ser humano necessita de ser atendido em toda composição e satisfação do que operacionaliza e atende as variadas formas de compreender como é fundamental atender a cada um com suas necessidades.

A inclusão é fator que faz parte da sociedade e que exige a preparação do educador, e da própria escola para que torne possível inserir as práticas de um sistema educacional que demonstre os resultados que o beneficiem quanto à socialização do grupo.

Assim, ele possa crescer com as suas habilidades e demonstração dos objetivos que são realizados para serem acrescidos na relação de conquistas para a promoção do sujeito. É na integração de todos quanto ao favorecimento de um ambiente de aprendizagem e conquistas que o homem possui o desenvolvimento de suas habilidades e construção de uma educação inclusiva que beneficie a todos com os mesmos direitos e a capacidade de relacionar-se como o meio para que a aprendizagem de fato ocorra.

A participação de todos faz parte do reconhecimento de um cidadão capaz de buscar e internalizar o que é significativo e mantém a fonte de equilíbrio para o que ocorre nas entrelinhas do reconhecimento de um cidadão que permite determinar a aprendizagem de cada um no seu meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, a educação inclusiva em toda sua amplitude favorece e atende as diferentes manifestações e relutância do que ocorre como determinação e apontamento o que compreende e mantém a vivência bem como a articulação e a demonstração dos resultados quanto ao que é atribuído para a atividade inclusiva.

A amplitude de todo processo sistemático do homem no seu universo faz com que seja possível atender as necessidades e mensurar o que realmente é interligado para o que acompanha e faz a diferença do homem na sociedade que vive.

As diversas interpretações do que vem a ser a inclusão envolve o desempenho e as relações de um cidadão capaz de internalizar e compor o que realmente é fundamental para com a criança que possui deficiência.

A participação de todos (família, escola, comunidade) auxilia a criança a desenvolver e aprimorar as suas habilidades e competências no que valoriza e relaciona as diversas formas de buscar o reconhecimento e os apontamentos do homem no meio que vive.

O grande desafio para a sociedade bem como para a escola é de dar sustentação para as crianças e para o profissional, o qual, às vezes, não se encontra preparado para a situação de inclusão no seu cotidiano. Pode-se dizer que as barreiras enfrentadas são inúmeras, devido às atitudes preconceituosas que permeiam as práticas sociais, bem como o cumprimento da legislação que faz parte de nossa sociedade.

Portanto, a atividade de inclusão é fundamental para o que envolve e mantém as diferentes mediações e relutância do que acompanha o desenvolvimento de um cidadão cada vez mais presente e atuante no meio que se encontra.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília. MEC/SEESP, 2001.

GÓES, Maria Cecília Rafael de e LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (orgs.). Políticas e práticas da educação inclusiva. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

LUCIA, Maria Cica Cortez. Importância do trabalho com a família das pessoas

com deficiência Mental. IN.: Anais do II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino Americano sobre Síndrome de Down, 1997.

MONTE, Francisca Roseneide Furtado do & SANTOS, Ide Borges dos. Saberes e práticas da inclusão: introdução/coordenação geral. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

PACHECO, Jose, MANTOAN, Maria Teresa Eglér e FARELL, Michael. A escola flexível. Revista Pátio. n. 48, nov. 2008.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1993.